

Aula 03

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Thaís de Cássia Rumstain

06 de Junho de 2025

SIMULADO

Todo simulado tem por objetivo preparar você para a sua prova, além de ser um exercício de concentração permite que o conteúdo seja novamente revisto e que você possa identificar eventuais dificuldades em relação aos assuntos já estudados.



Bom Simulado!!!

PERGUNTAS

1. Embora a proporcionalidade e a razoabilidade sejam princípios consagrados no ordenamento jurídico brasileiro, não se trata de princípios expressos no novo Código de Processo Civil, mas decorrem da interpretação sistemática da lei processual com a Constituição federal.

☐ Certo

☐ Errado

2. Está correto afirmar que, de acordo com o CPC/2015, a justiça brasileira possui competência concorrente para conhecer ações relativas a imóveis situados no Brasil.

☐ Certo

☐ Errado

3. De acordo com a aplicação das normas processuais e da função jurisdicional, julgue os itens a seguir, como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta:

I. De acordo com o artigo 17, da Lei 13.105/2015, para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade, mantendo-se assim, inalterada a regra da Lei revogada.



II. Ninguém poderá pleitear direito alheio, em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico e, em havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

III. O interesse do autor pode se limitar a declaração do modo de ser de uma relação jurídica, o que se trata de uma inovação do novo diploma processual.

IV. A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas exclusivamente em tratados internacionais de que o Brasil seja signatário.

- a) II e III estão corretas
- b) II e IV estão incorretas
- c) Apenas a III está correta
- d) Todas estão corretas
- e) Apenas a I está correta

4. No que se refere aos limites da jurisdição e da competência internacional, está correta a alternativa:

I) A Lei estabelece duas regras gerais de competência da autoridade judiciária brasileira: i) para processar e julgar ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil ou ii) quando no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.

II) Em se tratando de ação de alimentos, as regras de competência tratam-se de inovações, sem correspondência na Lei anterior e fixam a competência da autoridade judiciária brasileira quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil ou se o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos.

III) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

- a) todas as afirmativas estão incorretas
- b) todas as afirmativas estão corretas
- c) apenas a afirmativa I está correta
- d) as afirmativas I e III estão corretas



e) as afirmativas II e III estão corretas

5. Segundo o Código de Processo Civil, verificando o juiz a irregularidade da representação da parte, deverá fixar prazo:

- a) razoável para ser sanado o defeito e, caso não atendido, declarará o réu revel, se a providência a este couber.
- b) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, extinguirá o processo com resolução do mérito, se a providência couber ao autor.
- c) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, excluirá o assistente do processo, se a providência a este couber.
- d) razoável para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, declarará a nulidade do processo, se a providência couber ao réu.
- e) de dez dias para sanar o defeito, caso este consista na ausência de instrumento de procuração ao advogado da parte e, caso não seja atendido, declarará sem efeito os atos por este praticados.

6. Está correto afirmar:

- a) O pedido de cooperação jurisdicional deve ser prontamente atendido e não prescinde de forma específica.
- b) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de comunhão parcial de bens.
- c) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 20 (vinte) vezes o valor do salário-mínimo.
- d) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
- e) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.



7. É correto afirmar que de acordo com o novo CPC a competência é definida na distribuição e no primeiro despacho e que essa regra não sofreu alteração em relação ao CPC/73?

- a) Correto e não sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73
- b) Correto, mas sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73
- c) Incorreto e não sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73
- d) Incorreto, mas sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73
- e) nenhuma das alternativas anteriores

8. No conflito negativo de competência entre o TST e o STJ e no conflito positivo de competência entre um juiz do Trabalho da 12ª Região e um Juiz Federal do TRF4, será responsável por dirimir os conflitos, respectivamente:

- a) STJ e STF
- b) STF e STJ
- c) STJ e TST
- d) STJ e STJ
- e) nenhuma das alternativas anteriores

9. Ao reconhecer a incompetência do juiz a consequência imediata é o reconhecimento da nulidade de todos os atos processuais praticados.

- a) Correto, mas depende de pedido expresso da parte.
- b) Correto e independe de pedido expresso da parte.
- c) Correto e o processo será extinto.
- d) Incorreto, alguns atos serão anulados e outros preservados.
- e) Incorreto, pois estarão preservados os efeitos dos atos processuais até futura apreciação pelo órgão julgador competente.



- | | | |
|-----------|------|------|
| 1. Errado | 4. E | 7. D |
| 2. Errado | 5. A | 8. B |
| 3. A | 6. D | 9. E |

QUESTÕES COMENTADAS

1. Embora a proporcionalidade e a razoabilidade sejam princípios consagrados no ordenamento jurídico brasileiro, não se trata de princípios expressos no novo Código de Processo Civil, mas decorrem da interpretação sistemática da lei processual com a Constituição federal.

() Certo

(X) Errado

ERRADO - Embora seja correto dizer que a interpretação do Código de Processo Civil deva ser feita em consonância com os princípios constitucionais, não está correto afirmar que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade não estão expressos na lei. Isso porque o artigo 8º do NCPC trouxe de forma expressa uma série de princípios que deverão ser aplicados ao processo civil:

Art. 8º do CPC. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a **proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência**.

2. Está correto afirmar que, de acordo com o CPC/2015, a justiça brasileira possui competência concorrente para conhecer ações relativas a imóveis situados no Brasil.

() Certo

(X) Errado

ERRADO - Ao contrário do afirmado, a competência nesse caso é exclusiva da justiça brasileira, conforme art. 23, I do NCPC:

Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

I - Conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;



3. De acordo com a aplicação das normas processuais e da função jurisdicional, julgue os itens a seguir, como verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa correta:

I. De acordo com o artigo 17, da Lei 13.105/2015, para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade, mantendo-se assim, inalterada a regra da Lei revogada.

II. Ninguém poderá pleitear direito alheio, em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico e, em havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

III. O interesse do autor pode se limitar a declaração do modo de ser de uma relação jurídica, o que se trata de uma inovação do novo diploma processual.

IV. A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas exclusivamente em tratados internacionais de que o Brasil seja signatário.

- a) II e III estão corretas
- b) II e IV estão incorretas
- c) Apenas a III está correta
- d) Todas estão corretas
- d) Apenas a I está correta

I) INCORRETA – O artigo 17, CPC estabelece que para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, alterando o CPC/73, excluindo as condições da ação.

II) CORRETA – A regra corresponde ao art. 18, CPC.

III) CORRETA – De acordo com o artigo 19, CPC: *“o interesse do autor pode limitar-se à declaração: I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; II - da autenticidade ou da falsidade de documento”*.

IV) INCORRETA – O correto é *“ressalvado as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte”*, nos termos do art. 13, CPC.

Gabarito: a



4. No que se refere aos limites da jurisdição e da competência internacional, está correta a alternativa:

I) A Lei estabelece duas regras gerais de competência da autoridade judiciária brasileira: i) para processar e julgar ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil ou ii) quando no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.

II) Em se tratando de ação de alimentos, as regras de competência tratam-se de inovações, sem correspondência na Lei anterior e fixam a competência da autoridade judiciária brasileira quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil ou se o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos.

III) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

a) todas as afirmativas estão incorretas

b) todas as afirmativas estão corretas

c) apenas a afirmativa I está correta

d) as afirmativas I e III estão corretas

e) as afirmativas II e III estão corretas

I) INCORRETA - São três as regras previstas no artigo 21, CPC: i) quando o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil; ii) quando a obrigação for cumprida no Brasil e iii) o **fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil**.

II) CORRETA – A regra está prevista no artigo 22, CPC, inciso I, alíneas “a” e “b” e não possuía correspondência no CPC/73.

III) CORRETA - De acordo com o artigo 23, CPC: Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

I - Conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;

II - Em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;



III - Em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

Gabarito: e

5. Segundo o Código de Processo Civil, verificando o juiz a irregularidade da representação da parte, deverá fixar prazo:

- a) razoável para ser sanado o defeito e, caso não atendido, declarará o réu revel, se a providência a este couber.
- b) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, extinguirá o processo com resolução do mérito, se a providência couber ao autor.
- c) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, excluirá o assistente do processo, se a providência a este couber.
- d) razoável para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, declarará a nulidade do processo, se a providência couber ao réu.
- e) de dez dias para sanar o defeito, caso este consista na ausência de instrumento de procuração ao advogado da parte e, caso não seja atendido, declarará sem efeito os atos por este praticados.

a) CORRETO - O art. 76 do NCPC prevê a questão e ordena:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará **prazo razoável** para que seja sanado o vício.

§1º. Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

II - **o réu será considerado revel**, se a providência lhe couber;

b) INCORRETO - O NCPC não fala em dias, apenas em **prazo razoável**.

c) INCORRETO - O NCPC fala somente em **prazo razoável**.

d) INCORRETO - Se o réu não cumprir a pena se tornará revel, não havendo o que se falar em nulidade do processo, art. 76, II, CPC: "o réu será considerado revel, se a providência lhe couber".

e) INCORRETO - O prazo correto é 15 dias, conforme afirma o 104 do NCPC:



Art. 104. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.

§1º. Nas hipóteses previstas no caput, o advogado deverá, independentemente de caução, exhibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.

§2º O ato não ratificado será considerado ineficaz relativamente àquele em cujo nome foi praticado, respondendo o advogado pelas despesas e por perdas e danos.

Gabarito: a

6. Está correto afirmar:

- a) O pedido de cooperação jurisdicional deve ser prontamente atendido e não prescinde de forma específica.
 - b) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de comunhão parcial de bens.
 - c) De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa. Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 20 (vinte) vezes o valor do salário-mínimo.
 - d) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
 - e) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- a) INCORRETA – O pedido prescinde de forma específica, nos termos do artigo 69, CPC.
- b) INCORRETA - A exceção se dá quando o regime de bens for de separação absoluta, conforme artigo 73, CPC.
- c) INCORRETA – A primeira parte está correta, conforme artigo 81, CPC. No entanto, a segunda parte está errada, pois a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário mínimo.



d) CORRETA - A regra está prevista no artigo 85, §7º do CPC: "Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada".

e) INCORRETA - A concessão de gratuidade **NÃO** afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

Gabarito: d

7. É correto afirmar que de acordo com o novo CPC a competência é definida na distribuição e no primeiro despacho e que essa regra não sofreu alteração em relação ao CPC/73?

a) Correto e não sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73

b) Correto, mas sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73

c) Incorreto e não sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73

d) Incorreto, mas sofreu alteração no novo CPC em relação ao CPC/73

e) nenhuma das alternativas anteriores

d) CORRETA – De acordo com o novo CPC a competência é definida no momento do REGISTRO ou da DISTRIBUIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL, conforme artigo 43, CPC/2015 e que inovou em relação a regra estabelecida no CPC/73:

Art. 43. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

Gabarito: d

8. No conflito negativo de competência entre o TST e o STJ e no conflito positivo de competência entre um juiz do Trabalho da 12ª Região e um Juiz Federal do TRF4, será responsável por dirimir os conflitos, respectivamente:

a) STJ e STF

b) STF e STJ

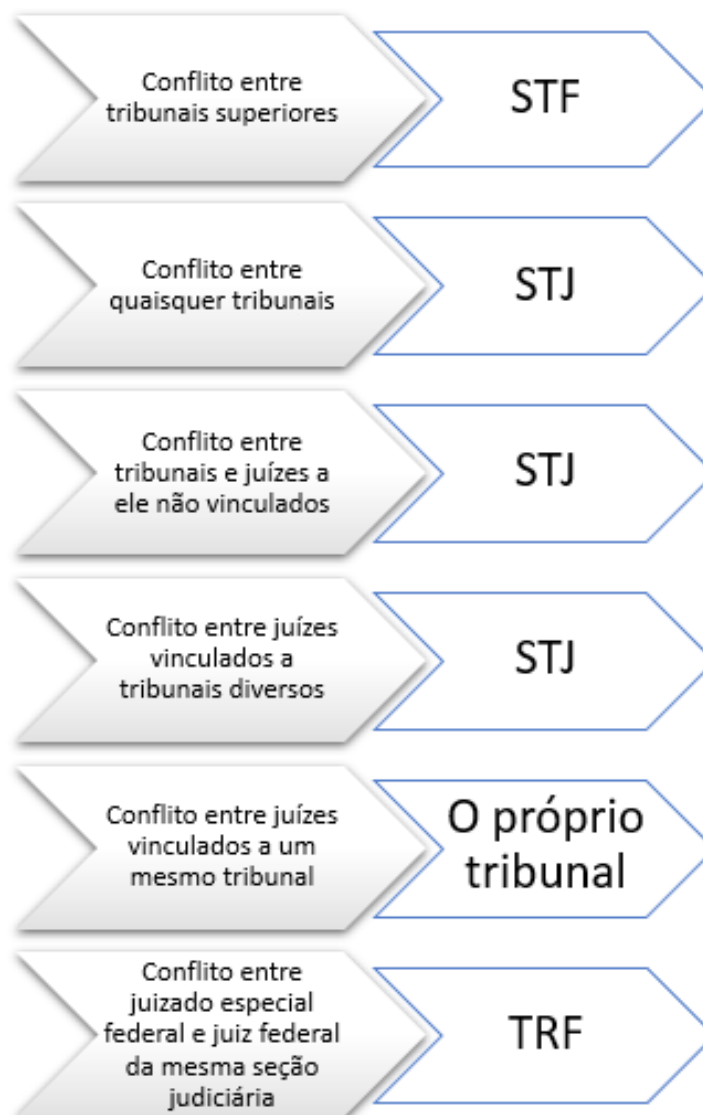
c) STJ e TST

d) STJ e STJ



e) nenhuma das alternativas anteriores

b) CORRETA – O conflito negativo estabelecido entre tribunais superiores, como ocorre entre TST x STJ é dirimido pelo STF. Já o conflito positivo instaurado entre juízes x tribunais diversos, será dirimido pelo STJ. Vamos relembrar:



Gabarito: b

9. Ao reconhecer a incompetência do juiz a consequência imediata é o reconhecimento da nulidade de todos os atos processuais praticados.

a) Correto, mas depende de pedido expresso da parte.

b) Correto e independe de pedido expresso da parte.



- c) Correto e o processo será extinto.
- d) Incorreto, alguns atos serão anulados e outros preservados.
- e) Incorreto, pois estarão preservados os efeitos dos atos processuais até futura apreciação pelo órgão julgador competente.

e) CORRETA – O CPC/2015 alterou a regra até então existente e inovou ao estabelecer que o acolhimento da alegação de incompetência não importa em declaração da nulidade dos atos praticados ou a extinção do processo, conforme regra estabelecida no artigo 64, §4º CPC:

Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

(...)

§ 4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

Gabarito: e



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.